ANO 8.º — Sexta-feira, 2 de Abril de 1915 — NUMERO 364

O DEMOCRATA

(AVENÇA)

SEMANARIO REPUBLICANO RADICAL D'AVEIRO

ASSINATURAS (pagamento adiantado)
Ano (Portugal e colónias) . . . 1$20
Semestre . . . $60
Brasil e estranjeiro (ano) moeda forte . . . 2$50
Avulso . . . $02
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO, R. Direita, n.º 54

DIRECTOR E EDITOR — ARNALDO RIBEIRO
Propriedade da Emprêsa do DEMOCRATA
Oficina de composição, Rua Direita—Impresso na tipografia de José da Silva, Praça Luís de Camões

ANÚNCIOS
Por linha . . . 4 centavos
Comunicados . . . 2 centavos
Anúncios permanentes, contracto especial.
Toda a correspondência relativa ao jornal, deve ser dirigida ao director.

O CONGRESSO

Não restando duvidas de que o principal objectivo da ditadura, áparte o apoio directo e descarado aos monarquicos, é o aniquilamento do partido republicano radical, este, extraordinariamente, se reuniu em congresso para apreciar e resolver da sua futura atitude, o que de facto teve logar no ultimo domingo e segunda-feira, na capital, tomando parte na magna assembleia cêrca de 1500 congressistas representantes de outras tantas colectividades e jornaes, com séde em vários pontos do país desde os mais importantes aos mais sertanejos.

Sem embargo, e independente do grande alcance politico da extraordinaria reunião, nela se discutiu e assentou em sã doutrina, esclarecendo-se ainda, da maneira mais categorica, vários assuntos de transcendente importancia, nomeadamente aquele com que ha muito se pretende intrigar o partido com o exercito, atribuindo como para este em geral, apreciações que para determinados dos seus membros sómente colhem.

Mas, entre vàrias resoluções que se efectivaram num lapso de tempo mais ou menos curto, uma houve que muito brévemente se tornará em realidade: o concurso do partido ao acto eleitoral.

Entre alguns dos proprios elementos democraticos de mais valor divirgiam as opiniões e bom foi que o partido se manifestasse, depois de ouvidos e devidamente considerados os diversos argumentos pró e contra a sua intervenção no acto eleitoral.

Resolvida ela, teremos sómente que aplaudir tal atitude, não só porquanto traduz de acertada orientação, como ainda pelo formidavel desmentido desde logo dado a quantos, por variados sentimentos, julgaram por um instante aniquilado o partido, que, mantendo as velhas tradições de principios dos sinceros republicanos, é o unico que dá o verdadeiro colorido ao regimen.

Conta no seu activo deficiencias e erros?

Sem duvida, e aqui muitas vezes os temos apontado e combatido, sendo cérto que muitos deles —em abono da verdade, o declarâmos—não lhe cabe de direito só a responsabilidade, visto que são a consequencia de imprevistas situações creadas por particularidades de cérta maneira alheias á sua vontade e ao seu arbitrio.

Convém não esquecer, porém, que apesar daquela resolução significar a mais evidente prova não só da segura orientação politica do partido democratico como ainda da sua incontestada força, ele terá de lutar em primeiro logar com a situação creada pela nova lei eleitoral e a seguir com todos aqueles que, por interesse proprio e mesquinho, ajudarão a ditadura na sua ingloria taréfa de exterminio e destruição do mesmo partido.

Terá ela o concurso directo e dilecto de toda a frandulagem que sobreviveu ao regimen dos adeantamentos, da desmoralisação e das baixêsas de toda a especie; o despertar do sr. Antonio José de Almeida, que acordará do comodo e conveniente letargo que o acometeu após a ascensão ao poder do himorroidaico general; todo o fél e veneno da seita camachista; a astucia, a velhacaria, o odio do jesuita encarnado sob tantas fórmas e feitios e finalmente, tantos quantos reconhecem a necessidade de aniquilar quanto e sómente—como triste é dize-lo!—reune em todo o seu conjunto, em todos os seus elementos e acção o bastante para autentificar a Republica, dignificando a Patria.

Terá assim o Partido Republicano Português de defrontar-se, não só com os seus inimigos partidariamente constituidos, mas ainda com outros elementos que, sob vários pretextos e disfarces, procurarão feri-lo, á sombra de todos os expedientes, alegando as mais extraordinarias razões.

Seja, porém, como fôr, acertou o partido, na sua logica e ajuizada determinação, acentando em concorrer á urna de cujo resultado legal ninguem poderá duvidar.

Não será, por cérto, a consequencia compensadôra das cadeiras do poder, o arbitrio das autoridades, a sempre apregoada manigancia dos recenseamentos e tantas outras razões, que hão-de dar a vitoria, o grande triunfo, aos democraticos.

Perseguido acintosa e torpemente, corrido a tiro nas ruas de Lisboa, malsinado, caluniado por toda a parte, facil se tornará convencer o mais incrédulo de que o resultado conseguido por esse partido nas urnas, é a expressão genuina da vontade do país.

E esse resultado—temos fé—hade ser triunfantemente esmagador, para que nos convençâmos, assim, que não desapareceu ainda, como muitos degenerados pretendem, a confiança naqueles que patriotica e dignamente servem a Patria e dignificam o regimen.

Ai de nós se isso não suceder.

O **Democrata** *é o jornal de maior tiragem e circulação e* **mais barato** *que se publica na séde do distrito de Aveiro.*

VISITA

Lêmos numa folha realista da capital, que esteve nésta cidade, donde transitou para o Porto, aquele famoso padre Avelino de Figueiredo, muito conhecido pelas suas ideias fradescas, ultra-reaccionarias.

Em Aveiro, diz a referida gazeta, *continuou o padre Avelino de Figueiredo sendo objecto das maiores manifestações de simpatia e estima da parte dos nossos correligionarios, cumprindo-nos destacar para o nosso especial reconhecimento as penhorantes atenções com que ali o destinguiram os nossos bons e distintissimos correligionarios srs. dr. Jaime Duarte Silva e dr. Cherubim do Vale Guimarães.*

E a seguir: *Em Agueda, que o padre Avelino visitou, receberam-no da mais fidalga maneira os nossos ilustres correligionarios, srs. Conde de Agueda e seu irmão dr. Antonio de Mélo, que no brilhante semanário* Soberania do Povo *teem defendido sempre, com tanto brio e devotação, a causa patriotica da Monarquia e de El-Rei.*

Só resta saber, após o conhecimento de tanta gentilesa, como aquélas de que nos dá conta a trombêta restauracionista, se o padre Avelino jantou com os representantes da ditadura em Aveiro e quaes as impressões que colheu do modo como se teem comportado a favor da causa que o traz em missão pela provincia.

Violencias

O inicio das perseguições no distrito de Aveiro

Não resta duvida que ressurgem, envoltos na mesma fórma de processo, réles e indigno, como indignos e réles são aqueles que a seguem, as perseguições aviltantes de que por toda a parte foram vitimas os republicanos, especialmente neste distrito e de sobejo nesta terra, quando no estertor do regimen deposto os seus cabos de ordens se empenhavam, debalde, em tentativas de toda a especie na eperança de lhe prolongar a existencia ameaçada.

Não se olhava a meios.

O que se tornava preciso, muito preciso, era aniquilar, caluniar, amedrontar, calando por todas as fórmas e feitios, quantos pela sua educação e principios não arranchassem á magna caterva sustentada com o produto dos adeantamentos ou com o resultado de todas as tramoias que a *dignidade* do regimen mantinha em acção, personificada em vários malandros de diversas categorias: desde o conde ao conselheiro, desde o bacharel ao galopim.

Pois passados quatro anos e pico, os nossos sábios do republicanismo, tanto fizéram, tantas voltas déram e tantos lealissimos e novos correligionarios. . . receberam no seio dos seus partidos, que é o que os leitores estão vendo—dentro da Republica perseguem-se os. . . republica-nos!

Assim, na semana finda, sem o mais leve motivo que tal justificasse, a não ser o réles processo a que aludimos ao iniciar estas linhas, foi ordenada a saída desta cidade ao 2.º aspirante dos correios, João Augusto Rosa, que imediatamente teve de partir para Vila Real.

E' porquê?—perguntará o leitor. Porque sendo republicano antes de 5 de Outubro, o que é assás agravante, filiou-se no partido democratico, que servia com toda a dedicação, sem contudo esquecer nem ofender, sob qualquer pretexto, os seus deveres profissionaes.

Mas, vitima já de identica perseguição urdida, sem rebuço, no tempo da monarquia, a gente de então, que agora, como piolho em costura, tudo furou, desde o ministério até á regedoria mais insignificante; a mesma gente, insaciavel de vingança e saturada de odio, aproveitando esta monção para ela tão oportuna quanto favoravel, de novo inicia a aplicação dos seus odios, escolhendo de preferencia quantos se não curvam nem transigem com tão velhos e reconhecidos quadrilheiros.

Desejando ao *desterrado* muita saude, teremos que esperar apenas o indispensavel decurso de tempo para que João Rosa regresse ao seu lar e ao seio dos amigos que aqui conta em grande numero e nele vêem um funcionario honésto e um caracter integro.

Sempre o mesmo...

Cunha e Costa apesar de se ter bandeado para a monarquia vê-se que não mudou de processos. Assim, escrevendo no orgão do Moreira dos açucares um artigo ácêrca de uma polémica que tem andado acêsa entre dois periodicos, um, paladino da restauração manuelina, outro, defensor do trôno de D. Miguel, em que cada qual pretende puxar a braza á sua sardinha, declara o emerito charlatão politico sentir-se alternadamente *manuelista* e *miguelista* segundo lê o *Nacional* ou a *Nação*.

Claro que, com isto, correligionarios ha que dão uma sorte de mil diabos, que já lhe chamam *azougado* e outros nomes apropriados, pelo que estâmos aqui estâmos a vêr o homem republicano. . . pela terceira vez. . .

Pois se ele até já diz que em politica não tem a seu lado senão cães!. . .

Ataque á ditadura

Transcrevemos do *compte-rendu* dum jornal, referente á 2.ª sessão do congresso republicano:

O sr. *Adriano G. Pimenta*, em nome dos republicanos do Porto, afirma que esta cidade, desde a implantação da ditadura, jámais tem deixado de lutar pelo regresso á normalidade constitucional. O Porto não descança e espera que todo o país não deixe de lançar mão de todos os meios, mesmo dos mais arriscados, para defender a Patria e a Republica. Quaes serão esses meios? Todos. Ante nenhum se póde hesitar. Todo o sangue que se derrame será pouco para tornar honrada e gloriosa esta Patria. Não percâmos palavras. O partido republicano, respeitando as suas tradições, hade cumprir o seu dever, custe o que custar.

Intensa e verdadeiramente aclamado, o orador termina enviando para a meza a seguinte moção:

O Congresso do Partido Republicano Português dá plenos poderes ao Directorio para organisar e dirigir a resistencia contra a ditadura, recomendando a todos os correligionarios uma cooperação dedicada e activa nesse movimento, por fórma que nenhumas forças se dispersem e que o regresso á normalidade constitucional seja efetuado com rapidez e de harmonia com os superiores interesses da Patria e da Republica.

O sr. *Silverio Junior*, glosando os aplausos tributados ao sr. Gomes Pimenta, diz que, infelizmente, as afirmações mais radicaes e mais aplaudidas teêm sido, por via de regra, as que se não cumprem. Não censura ninguem, e muito menos os pequenos. O exemplo de fuga tem sido dado, ás vezes, por altos vultos do partido. Ainda ha pouco, no congresso do Tojal, se resolveu que os funcionarios não acatassem os decretos ditatoriaes, e, todavia, essa resolução não é cumprida pelos que deviam dar o exemplo. E' necessario, portanto, que os dirigentes do partido se esforcem por encarnar o espirito de sacrificio, que tem sido apanagio das classes populares. Consta-lhe que funcionarios humildes, continuos e serventes de ministerios, se teem dirigido a dirigentes do partido, perguntando quando se devem demitir. Será verdadeiro o honroso boato?

Deve ser. Pelo menos a nós não nos custa acreditar nele porque bem sabemos até onde chega o espirito de sacrificio de muitos republicanos, a que aludiu o congressista Silverio Junior.

Admirávamo-nos, sim, se vissemos, por exemplo, qualquer *pardo* ter um desses gestos, que só nobilitam, tão pouco habituados andâmos a observar nos pulhas sentimentos que lhes não é dado possuirem.

Olha lá não deixe o *Bichêsa* de acatar a ditadura. . .

NOVO DIRECTORIO

Procedendo-se na 3.ª e ultima sessão do congresso republicano, á eleição dum novo Directorio consoante resoluções tomadas nesse sentido, a assembleia votou quasi por unanimidade os seguintes nomes:

Efectivos: — Afonso Costa, Alexandre Braga, Alvaro de Castro, Luiz Filipe da Mata, Manuel Monteiro, Henrique Pereira de Oliveira e Vitor Hugo de Azevedo Coutinho.

Substitutos:—João Tudela, José Pinheiro de Melo, João Luiz Ricardo, Manuel Gaspar de Lemos, Apolinario Pereira, Adriano Gomes Pimenta e Antonio Pires de Carvalho.

Tambem foi eleita na mesma ocasião uma Junta Consultiva e um Conselho Arbitral de que fazem parte vários cidadãos, reconhecidamente republicanos uns, de convicções duvidosas pelas tradições que representam, outros, sendo já a todos conferida a posse.

O *Democrata* sauda os primeiros.

Veremos...

Muito desejávamos saber se aqueles que hoje exultam com a vergonhosa politica que para aí se arrasta pela mão do ditador Castro e pelas indicações da firma Brito Camacho & C.ª, conservarão ainda o mesmo juizo e manterão o mesmo conceito quando lhes tocar pela porta o que, presentemente, sucéde aos que não seguem nem se bandeiam com essa vergonha, que nos ultraja cá dentro e nos vilipendia lá fóra.

Veremos se se servem do mesmo argumento—*o govêrno defende-se!*

Veremos se aceitam o dilêma, que acham agora bom para os outros, quando o *acaso* das circunstancias os colocarem em egual contingencia. . .

Vamos a vêr, vamos a vêr. . .

Em Angola

Ainda o combate de Naulila

O *Jornal de Noticias*, diário portuense de grande circulação, insére no seu numero de domingo, 21 de Março, datada de Gambos, uma carta de cérto oficial do exercito que assistiu ao combate de Naulila e na qual se lêem os seguintes elucidativos periodos sobre o desastre das tropas portuguêsas:

. . . .

Estavamos na fase da concentração; cavalaria 8 em marcha ao longo do Cunene, por Mulondo, por causa da agua e a marinha pelo Cacalovar. Eu estava no forte Cuamato, que é a testa da linha telegrafica, com dezenas de telegramas, uma grande parte cifrados, que diariamente chegavam. O Comandante e o Chefe do Estado-Maior já haviam partido para Naulila e as restantes forças estavam concentradas em Naulila-Calueque. Um dia estava eu a interrogar 2 lengas enviados do soba do Cuanbi sobre o movimento dos alemães e chegou-me noticia de uma escaramuça entre patrulhas de cavalaria. Montei a cavalo e parti. Cheguei a Naulila, almocei e combinei com o Chefe do Estado-Maior uma ida, pela tarde, aos morros do Calueque (Erickzon Drieft). A's 14 horas chegou uma ordenança enviada pelo comando do Calueque dizendo que o posto de observação dos morros acabava de informar que 2 columnas alemãs, fortes, de todas as armas, estavam em movimento para N. E. e que forças permaneciam num bivaque a cerca de 12 kilometros dos mesmos morros. Foi dada ordem para a ocupação das posições de Naulila; algumas vozes de comando, ruidos de ferro para o lado da artilharia e das metralhadoras; depois, decorridos alguns minutos, sem uma palavra, foram as mesmas ocupadas. A' noite deu-se a ordem para o combate ao destacamento do Calueque; que executasse a marcha durante a noite, que ao romper da manhã a artilharia estivésse em posição e rompesse fogo sobre o bivaque alemão, devendo o ataque executar-se a fundo, e que parte da cavalaria (2 pelotões de dragões) seguisse imediatamente o rasto das columnas alemãs, nunca perdendo o contacto e informassem o comando sem perda de tempo.

. . . .

Meu caro amigo, entristeceu-me a fórma como o nosso soldado se conduzia debaixo de fogo; numa grande parte não eram soldados, eram carneiros; não se sustentavam nas posições, olhavam para a reetguarda e não para a frente. Quantas vezes me apeteceu descer do cavalo e começar ao sopapo! Verdade seja que a presença das tropas negras muito concorreu para isto; não valem nada, escondidos atraz dos arbustos e no fundo das trincheiras, sem poderem falar, mãos crispadas na arma, eram prezas do terror.

O terror!

E' uma coisa terrivel, é o efeito do combate moderno, e dele só sabem livrar-se as tropas adestradas. Olhe, meu caro, a culpa não é dêles. A culpa é só de quem fez soldados de 15 semanas, é de quem supoz que homens com tal instrucção e tempo de serviço pudéssem manter-se sem desfalecimentos perante as rajadas da peça de tiro rapido, o metralhar enervante das metralhadoras e o espectaculo dos que morrem. O *acendrado patriotismo* dos comicios de nada vale, pois desaparece ao ser ouvido o primeiro tiro de canhão; então, só fica o valor pessoal, desenvolvido pela disciplina, educação e instrução militares. Culpado é quem fez taes soldados e se esse alguem tem brio, apareça, ofereça-se para neste momento soléne vir para aqui combater com eles.

Todas as 4 metralhadoras estavam encravadas; as 3 peças Ehrardt não tinham munições, á infantaria começavam estas a faltar; os alemães ocupavam o posto fumegante de Naulila.

O Chefe do Estado-Maior tinha desaparecido.

Propuz ao Comandante um ultimo esforço sobre o posto, o que foi aceite; uma companhia do 14 e uma companhia negra — tão pouco! — Comandante na ala direita, eu na esquerda, avançámos até uns 200 metros, mas a fuzilaria e artilharia em nova posição obrigou-nos a retroceder. Decididamente estava tudo perdido. O sol já ia alto, quente, eram 9 horas; o escoamento pelo vau do Cunene fez-se em perfeita ordem. Do outro lado deu-se a ordem para a marcha. Depois começou a marcha de retirada, por um sol abrazador, com falta de agua e alimentos; e era necessario retirar, pois as tropas ficaram aterrorisadas, com o moral perdido, incapazes de qualquer resistencia; além disso, a artilharia, sem munições, as metralha-

doras todas encravadas! Deter-se para resistir com taes elementos seria suicidar-se.

Como é triste retirar!

Foi um dos momentos amargos da minha vida. E' muito triste.

Na Dongaena parámos um pouco; foi aqui que se apresentou um primeiro sargento de dragões com 5 soldados. Perguntei de onde vinham; responderam ser os que se salvaram dos 2 pelotões. Quiz dizer-lhes alguma coisa, perguntar pelos outros, pelos seus oficiaes, mas confesso—não pude. Eram os 2 pelotões do Calueque (Aragão) que procurando o rasto das columnas, haviam sido atraídos ao local do combate pelo troar do canhão, Chegados pela rectaguarda dos alemães não pudéram vir receber ordens ao comando, de fórma que a sua acção foi de sacrificio e podia não ter sido; e até talvez mais proveitoso para o fim geral; chegou, conservou-se por algum tempo na espectativa, mandou apear um pelotão e fazer fogo; pela rectaguarda apareceram-lhe reservas alemãs, ficou entre dois fogos e foi tudo.

Pobre Aragão!

Heroicos soldados!

Nunca vos poderei esquecer. Meu caro, não eram soldados de 15 semanas... **Pouco depois aparecia o Chefe do Estado-Maior que eu supunha já morto ou prisioneiro;** mais tarde o destacamento do Calueque que de madrugada cumprira a sua missão.

. . . .

E eis tudo ou seja o principal: soldados mal preparados, falta de munições e como se isso fosse pouco até o chefe do Estado-Maior desapareceu a ponto de ser considerado pelos seus camaradas, morto ou prisioneiro!

Não acrescentaremos mais. A historia vai-se fazendo, a verdade vai-se tornando conhecida e portanto não seremos nós que sairemos a desmentir o que várias papelêtas teem dito de regresso de Africa, onde se *distinguiu* no combate de Naulila, do *brioso capitão do estado maior Maia Magalhães.*

Mesmo porque ha quem diga, justificando essa opinião, que uma retirada, em cértos momentos criticos, vale pela maior das heroicidades...

E sendo assim, está justificado o desaparecimento de que nos dá conta o autor da carta do *Jornal de Noticias.*

"Palestras Medicas,,

Apareceu ha tempo no mercado de livros um pequeno volume com o titulo acima, volume de que nos foi oferecido um exemplar por um dos seus autores, atenção que agradecemos.

Palestras Medicas é constituido por uma série de pequenas cronicas publicadas em tempo no extinto jornal *A Tarde* pelos dois medicos a cargo de quem estava a cronica medica e higienica do jornal.

Do valor cientifico do livro nada nos compéte dizer porque não costumamos meter mãos em ceára alheia; da obra como vulgarisação de lições a todos utilissima, do intuito que a levou á estampa, sim.

Da rapida leitura que os nossos trabalhos profissionaes nos permitiram fazer do livro, parte do qual já conheciamos de *A Tarde* resaltou-nos logo o cuidado da fórma que demonstra que presa a sua lingua quem tão carinhosamente a cultiva, e se por este lado o volumesinho é digno já da atenção de quem aprecia o bom português, pelo do assunto dos seus artigos, torna-se ele de verdadeiro interesse.

Na parte escrita pelo dr. João Saavedra os artigo *toxicomania,* sobre o uso do tabaco e do café; *A 4.ª pagina* e especialmente o IX, *Casos de consciencia,* pelo modo frisante com que exemplifica e acentua a sua doutrina, no caso da ama sifilisada pela creança que amamentou, são curiosissimos e muito interessantes, de sã leitura não só para profissionaes como mesmo para leigos.

Da parte do dr. Antonio Barradas, prendeu-nos especialmente a atenção *A historia da Menina do Chocolate* e a *Carta* que este artigo provocou; o *Creanças anormais,* onde ha conceitos judiciosissimos sobre pedagogia e educação dos atardados, etc.

Em resumo: é um livro de leitura leve mas substancioso, que em todas as estantes dos amigos de bôa e util leitura tem logar, mas que á classe medica especialmente deve interessar, por muitos casos devéras curiosos de que o volumesinho trata.

UMA SINDICANCIA

Quando é chamado a contas o juiz da irmandade do Santissimo de Esgueira?

Relatorio que diz tudo

Ex.mo Sr. Presidente da Comissão Executiva da Junta Geral

A Irmandade do Santissimo Sacramento da freguezia de Esgueira, concelho de Aveiro, mandada sindicar por deliberação da Comissão Executiva da Junta Geral deste distrito, tomada em sessão de 4 de Abril ultimo, rege-se ainda hoje pelos seus primitivos estatutos, aprovados por alvará de 9 de Outubro de 1871, visto ainda não ter obtido aprovação a reforma que a meza da Irmandade resolveu, em sessão de 11 de Fevereiro de 1912 que se fizésse, em obediencia ao que lhe fôra ordenado, em oficio n.º 480 do mesmo mez, pela autoridade administrativa, projecto que só passado mais de um ano deu entrada no Governo Civil.

Em 1871 os fundos da Irmandade computavam-se, pouco mais ou menos, em 853$03,5, assim especificados: — Fóros em milho, 599,11 litros, 215,15 litros em trigo, que, vendidos, poderiam produzir então um rendimento anual de 21$18, e fóros a pagar em dinheinheiro, a quantia de 1$80; mais, rendimento provavel e anual da Sacristia, 3$00; produto da esmola tirada pelos logares da freguezia, 20$00; juros de 807$05,5 de capitaes mutuados, 40$35,2, o que, somado, representava nesse tempo para a Irmandade um rendimento anual de cêrca de 86$33,2.

Presentemente, os fóros em milho somam um total de 558,08 litros, menos, portanto, 41,08 litros, e os em trigo 286,885 litros, ou sejam mais 71,735 litros do que em 1871, o que dá, computando, como a meza da Irmandade tem computado, o trigo a 5 centavos e o milho a 3 centavos cada litro, um produto de 31$08. Adicionando a esta verba a importancia dos fóros a pagar em dinheiro, orçada hoje, não em 1$80, mas em 2$30. e ainda a quantia de 3$15, juros de duas inscrições do Crédito Publico, uma no valor de 100$00 e outra de 50$00, bem como os juros dos capitaes mutuados, ou sejam 40$35, teriamos que os atuaes rendimentos da Irmandade, a julga-los exclusivamente constituidos por estas verbas, seríam inferiores aos que ela tinha em 1871, isto é, seriam apenas de 76$88. Esta diferença, porém, é sómente aparente, pois que no calculo feito em 1871, envolvia-se a esmola tirada pelos logares para auxiliar os irmãos no costeio das despêsas a fazer com a festa anual da Irmandade, e bem assim o rendimento hipotetico da sacristia; ora, se deduzirmos estas duas verbas do aludido rendimento, ve-lo-hemos baixar de 86$33 para 63$33, o que representa para o rendimento atual, calculado pelas verbas fixas acima descritas, um aumento de 13$55 a que resta ainda adicionar a importancia dos anuaes que os irmãos teem de pagar.

Posto isto, que não pudémos averiguar no arquivo da Irmandade, mas por outro meio que se nos afigurou seguro, vejâmos agora quaes os livros que o art.º 20 dos estatutos ainda em vigor impõe á Irmandade a obrigação de ter.

São os seguintes:—Um para as actas das eleições e mais deliberações da Irmandade; outro para nele se inventariar todos os bens e alfaias; outro para se lançar a receita e despêsa, e finalmente mais um para inscrição dos irmãos.

Todos estes livros devem estar na posse do tesoureiro bem como documentos e mais papeis da Irmandade, o que tudo receberá por inventario, cabendo-lhe ainda receber todos os rendimentos, lançar as contas no livro respectivo e ter sobre si a responsabilidade individual pela guarda e arrecadação de todos os ornamentos, alfaias e haveres da Irmandade.

Iniciei a sindicancia dirigindo-me ao indicado Juiz da Irmandade, cidadão Mariano Ludgero Maria da Silva, e, apresentando-lhe um oficio da autoridade administrativa, fi-lo ciente do que se tratava e pedi-lhe que me facultasse ou ordenasse que me fossem facultados livros e documentos que á Irmandade dissêssem respeito afim de me poder desempenhar da missão de que fôra incumbido.

Trocadas algumas explicações, pelo referido cidadão me foi entregue um livro de actas, a primeira das quaes é de 13 de julho de 1902 e a ultima de 2 de jaueiro de 1913, com a qual fecha o livro; outro das contas da receita e despêsa o qual, abrindo com a conta do ano economico de 1905 e 1906, contém apenas as contas até ao ano economico de 1908 a 1909, que se encontra a folhas 5, estando o resto do livro todo em branco; um exemplar do orçamento ordinario para 1912 a 1913, orçamento sem aprovação, e alguns talões de receita e despêsa.

Recebi ainda um outro livro de actas que menciona as sessões desde 2 de fevereiro de 1913 a 2 de maio do mesmo ano e a que faltam as assinaturas, como no outro, de quasi todos os membros da meza da referida Irmandade, começando a seguir a colher elementos sobre o funcionamento legal da corporação, trazidos por pessoas insuspeitas, como é, por exemplo, o sr. dr. Manuel Maria de Moura Coutinho de Almeida de Eça, que, achando-se investido no logar de tesoureiro da Irmandade, confirma que desde maio de 1913 não ha sessões da Confraria; que se não fez eleição da meza para gerir a Irmandade durante o ano economico findo; que desde que está na posse de tesoureiro se não recebe-ram os juros das inscrições e que, finalmente, o juiz cidadão Mariano Ludgero Maria da Silva, pessoa em quem tem confiança, é que tratava de tudo, visto o seu estado de saude o trazer um tanto afastado dos negocios da Irmandade.

Por sua vez o cidadão Manuel Duarte dos Santos Gamelas, afirmando que fez tambem parte da meza que geria os negocios da Irmandade do Santissimo, dela se afastou por não concordar com cértos pontos de alteração aos antigos estatutos, sabendo no entanto que os rendimentos da Irmandade eram relativamente avultados, fechando-se as contas com saldos importantes que fizéram face á aquisição de diferentes alfaias para o culto e utensilios de prata.

O sr. Evaristo Rodrigues, diz que foi tesoureiro da Irmandade do Santissimo de Esgueira em 1909 e em 1910, não por eleição, que a não houve nem para ele nem para os demais membros da meza, mas a convite do cidadão Mariano Ludgero Maria da Silva.

Que durante este tempo nunca soube quanto a Irmandade tinha em capitaes pois só teve tempo de receber, pelo S. Miguel, a esmola do povo para as festas extraordinarias, esmola que, se era de milho, a depositava em casa do juiz Mariano Ludgero, onde era vendida em arrematação; que nunca lhe foi dado conhecimento do inventario dos haveres e bens da Irmandade assim como se não recorda de ter sido abordado para assistir a qualquer sessão, nem tão pouco ter assinado qualquer acta.

Que, finalmente, era o juiz que recebia juros e emprestava dinheiros se os havia; que assinou algumas vezes os recibos para o levantamento de juros de inscrições, importancias que nunca lhe foram entregues, ignorando até o valor das inscrições e dos juros; que algumas vezes o referido juiz o mandára avisar um ou outro dos devedores de dinheiro, por letras, á Irmandade, para que, dentro de cérto praso, viéssem pagar a ele, juiz, a importancia dos juros em divida sob pena de lhes protestar as letras, pagamento que, no entender do sr. Evaristo Rodrigues, a ele devia ser feito e não ao cidadão Mariano Ludgero Maria da Silva e ainda que durante o tempo que serviu como tesoureiro foi preciso a irmandade ser oficialmente intimada na pessoa do juiz para prestar contas da sua gerencia, dando-se até o facto de, para as mesmas contas, ser feita mais de uma intimação.

Tambem o cidadão Manuel da Costa Serrazina, que igualmente desempenhou o cargo de tesoureiro da Irmandade a pedido do juiz cidadão Mariano Ludgero Maria da Silva, no ano economico de 1910 — 1911 cargo que ocupou sem eleição para substituir Evaristo Rodrigues, diz que não recebeu do seu antecessor quantia alguma nem tão pouco tomou posse de quaesquer valores da Irmandade.

Só teve em seu poder alguns foros e os juros de algumas letras e quanto ao resto nunca viu inventario dos haveres da Irmandade, ignorando, portanto, quaes eles sejam. Assinou tambem os rocibos dos juros das inscrições mas a sua importancia não foi confiada á sua guarda ficando com este rendimento o juiz.

Essas inscrições nunca chegou a saber de quanto eram nem quanto rendiam. O sr. Manuel da Costa Serrazina conclue por dizer que no ano que serviu de tesoureiro não sabe se a Irmandade fez ou não orçamento das suas despêsas e receitas nem tão pouco se foram discutidas as contas para serem presentes á autoridade competente.

Constando que o cidadão Antonio Batista de Souza, secretario da administração deste concelho, podia ilucidar algo sobre o assunto de que se trata, ouvio, como me competia, e pela sua boca foi confirmado que a Irmandade do Santissimo de Esgueira nunca prestava contas dentro do tempo marcado pela lei, que é até trinta e um de outubro de cada ano, sendo necessario intimar a meza, algumas vezes por mais de uma vez, vindo as contas a ser ordinariamente apresentadas seis mezes depois de terminado o praso legal. Disse ainda que podia precisar que no ano de 1912 a 1913 não prestou contas e que não apresentou orçamento para o ano economico corrente, á data que fez o seu depoimento.

Que de todas as irmandades do concelho era a do Santissimo de Esgueira aquela que se notava entre todas por semelhantes delongas, parecendo-lhe até que, no ano economico de 1911-1912, a Irmandade esteve sem orçamento, pois o apresentou já depois de terminado o ano economico a que respeitava, em virtude do que lhe foi devolvido por já não poder ser aprovado.

Ouvindo, como pessoa autorisada, o sr. dr. Manuel Maria da Rocha Madail, oficial do Governo Civil de Aveiro, pelas mãos de quem corriam antigamente as contas e orçamentos das Irmandades, dele poude obter tambem a declaração de que a Irmandade do Santissimo de Esgueira nunca apresentava contas senão depois de ser intimada uma e mais vezes, procedendo do mesmo modo com relação a orçamentos. Afiançou na devida altura que a ultima conta apresentada se refere ao ano economico de 1911 a 1912 e essa mesma prestada uns poucoo de mezes depois de terminado o prazo legal e em virtude de continuas intimações.

Por igual importantes são os depoimentos que colhi dos cidadãos Antonio Simões da Cunha e Manuel Henriques (o Angeja), ambos residentes na freguezia de Esgueira, como são todos os outros individuos, á excepção dos srs. Batista de Souza e dr. Madail.

Disse o sr. Simões da Cunha que ha mais de um ano deixou de comparecer ás sessões da Irmandade do Santissimo, tendo, todavía, assinado várias actas que lhe fôram presentes para esse efeito.

Que não sabe se se fizéram eleições para a meza que está gerindo a Irmandade desde julho de 1913 e que o juiz Mariano Ludgero Maria da Silva era quem recebia os fóros não se escondendo de afirmar que, apesar de ser o escrivão da Irmandade, nunca escreveu nada nem sabia do que se tratava subscrevendo o que lhe apresentavam sempre na sua bôa fé. Pela parte que diz respeito ao cidadão Manuel Henriques, declára este que já não é irmão do Santissimo Sacramento ha talvez cinco anos, a cuja meza pertenceu por eleição, sendo dela riscado pelo juiz Mariano Ludgero, sem mais satisfações, que ao mesmo tempo usurpava as funções de tesoureiro. Quanto ao mais sabe que os tesoureiros nunca tivéram até ao seu tempo dinheiro algum ou letras ou inscrições que porventura a Irmandade possuisse, pois o juiz nunca disse á meza o que a Irmandade tinha e atribue o ser riscado pelo juiz Mariano Ludgero ao facto de ter manifestado a opinião de que a meza do Santissimo devia ser conhecedora dos haveres e rendimentos da Irmandade. Acrescenta ainda que corre na freguezia que a administração da Irmandade é má, motivo porque muitos irmãos se têm dela despedido.

Outros depoimentos identicos de cidadãos insuspeitos, como se poderá verificar no processo, de folhas 7 em diante, corroboram a exatidão de tudo quanto se tem dito e deu causa a esta sindicancia por onde se prova não só a ilegalidade com que está funcionando a Irmandade do Santissimo, mas tambem a abusiva interferencia do cidadão Mariano Ludgero Maria da Silva nos negocios da Irmandade onde tem chegado a acumular, por vezes, todos os cargos: de juiz, tesoureiro, e escrivão, sem que para isso lhe sejam conferidos poderes em harmonia com a lei, conseante se verificou no decorrer da sindicancia, e que aqui fica oxposto.

Suponho portanto, que está suficientemente esclarecido o caso que fui escolhido para sindicar, o que fiz com toda a imparcialidade, não ouvindo, porém, o presumido juiz da Irmandade por me convencer de que ele nada é e que as contas que tem a apresentar só lhe pódem ser pedidas pela autoridade administrativa com quem a Junta Geral decérto se entenderá para que termine a escandalosa interferencia do cidadão Mariano Ludgero Maria da Silva nos negocios da Irmandade cuja administração está muito longe de corresponder ao que a lei impõe, principiando por a constituição dos corpos gerentes, que é tudo quanto ha de menos legal visto a não existencia de qualquer documento que comprove o contrario.

Remeto todos os livros e mais papeis que me foram entregues na ocasião de iniciar a sindicancia de que fui incumbido e que é tudo quanto existe da Irmandade segundo um oficio tambem junto, do sr. Administrador do Concelho por intermedio de quem tive de procurar obter elementos para um trabalho tão completo quanto possivel, em virtude do cavalheiro, arvorado em juiz perpetuo do Santissimo, obstinadamente se recusar a fornecer esses elementos que devia ser o primeiro a trazer para alijar de si todas e quaesquer res ponsabilidades. A Irmandade do Santissimo de Esgueira, se alguma vez existiu, foi noutros tempos.

Hoje posso garantir, em face do que vi e ouvi a pessoas de toda a respeitabilidade, que essa corporação é apenas uma arma de que se serve o presumido juiz para se dar ares de importancia na localidade em que tem residencia, manejando-a a seu *talante* como quer, quando quer e melhor lhe convém.

Nestas circunstancias procederá a Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito, que para isso possue atribuições, conforme fôr de justiça, podendo ainda servir-lhe de base para o seu procedimento os documentos em que atraz falo, eloquente prova de tudo quanto este resumido relatorio contém.

Saude e Fraternidade.

Aveiro, 2 de Outubro de 1914.

O sindicante,

Arnaldo Ribeiro

Não se fazem comentarios. O que apenas desejâmos saber é se o procurador do Santissimo, de Esgueira, póde arbitrariamente continuar a se-lo sem que a autoridade o chame á responsabilidade pelos abusos cometidos.

Isso é que é essencial que se saiba.

AINDA O NOSSO ANIVERSARIO

—=(*)=—

Distinguiram-nos mais com amaveis referencias a proposito do aniversario do *Democrata,* os presados colégas *O Benaventense,* de Benavente e *A Plebe,* de Valença, que assim se exprimem:

Do *Benaventense*:

"O Democrata,,

Conta mais um ano de existencia este nosso ilustre confráde, que em Aveiro combate denodadamente pelas ideias democraticas.

As nossas felicitações e que muitos mais conte.

De *A Plebe*:

"O Democrata,,

Este jornal de bélas tradições, em cuja feitura trabalham dedicados republicanos, entrou no 8.º ano de existencia.

Registâmos com prazer este facto, pois temos pelo *Democrata,* de quem nos honramos ser colégas, a maior das considerações pela fórma distinta e desassombrada como trata todos os assuntos e nomeadamente os que dizem respeito á defêsa dos interesses da Republica.

Ao primoroso confráde, as nossas felicitações.

Os nossos agradecimentos aos dois estimadissimos colégas, com cuja camaradagem o *Democrata* muito se honra.

Que admira?

No *Povo da Murtoza,* de 20 do mez findo, aparece a seguinte local onde se lê:

Dr. Tavares de Souza

Foi nomeado comissario de policia em Aveiro este nosso presado amigo, pelo que temporariamente abandona este jornal, não tendo qualquer solidariedade com o que nele é escrito.

Esperamos do seu apurado criterio e da sua inteligencia que honrará o logar para que foi escolhido.

O *Povo da Murtoza* é um jornal em que todas as semanas a Republica sofre tratos de polé o que equivale a dizer que o seu redactor, ora nomeado para exercer os cargos de administrador do concelho e comissario de policia, nem lhe merece confiança nem está á altura de os ocupar pela falta de compreensão que tem do oficio que foi chamado a desempenhar na séde do distrito, apesar de ser bacharel e... *jornalista.*

Mas não nos admira que assim suceda. Por todo o país acontece o mesmo. Estão até a organisar-se sindicancias aos republicanos, dando-se esta coisa estupendamente afrontosa—de serem nomeados sindicantes creaturas de baixo estofo, na sua maioria tiradas dentre os inimigos das instituições!

E contudo a terra vai girando á volta do seu eixo se bem que todos estejâmos capacitados de que *isto,* esta situação vexatoria de subalternidade não póde ser muito duradoura.

A menos que o pudor e o brio tenham desaparecido por completo da velha raça portuguêsa.

Pedimos aos nossos assignantes que nos avisem sempre que mudem de residencia afim de que o jornal se não extravie e portanto o não deixem de receber.

A situação politica

apreciada pelo sr. dr. Afonso Costa numa das ultimas sessões do congresso

—=(*)=—

Por a acharmos digna de ser conhecida dos nosssos leitores, trasladâmos para aqui os topicos principaes duma oração proferida durante o congresso extraordinario do Partido Republicano Português pelo eminente estadista sr. dr. Afonso Costa, que désta maneira lucida, clara, se exprimiu sobre a atual situação:

Não tem razão quem supõe que intervir no acto eleitoral é acatar a ditadura. O partido republicano irá ás urnas, não como subordinado ao ditador, mas para exercer legitimos direitos, pelos meios que tiver ao seu alcance.

Proseguindo, o sr. Afonso Costa diz que ninguem deve ter a menor duvida sobre a coerencia do partido republicano ao disputar as eleições. Já numa identica situação monarquica foi, como agora, posto o problema da ida ou não ás urnas. Houve opiniões discordantes, mas triunfou a idéa de se disputar o acto eleitoral, e assim se fez. A situação é analoga. Não temos na frente a monarquia, mas temos um govêrno caracteriadamente monarquico. E a situação póde considerar-se peor, porque tem a mais o inconveniente da hipocrisia.

Ir ou não ir ás urnas não é, neste momento, uma questão de principio. E' uma questão de tatica. Iremos ás urnas se a situação não mudar, por vêrmos que é esse o meio de sufocar mais rapidamente a ditadura. Vamos preparados contra todas as eventualidades, desde as chapeladas ás agressões e aos assassinios, como os de Alcantara e de S. Domingos. Mas sabemos que, se resistirmos por todos os meios, não seremos roubados em tão grande escala, como no caso da abstenção. De facto, ir ás urnas em 6 de junho, com um govêrno presidido por um demente, póde ser tão perigoso como defender a Constituição na praça publica. A ida ás urnas não será um passeio: será alguma coisa de grâve, de arriscado, em que tanto se póde perder a liberdade como a vida. E' possivel que até lá a dltadura sossobre. Mas o que nos cumpre é preparar o ataque contra éla.

O orador diz-se convencido de que chegaremos a tempo de evitar que o govêrno pratique a ditadura financeira. Em qualquer dos casos, é preciso que se faça uma gréve de contribuintes, que ninguem pague impostos ditatorialmente exigidos e então a ditadura cairá como coisa miseravel que é.

O govêrno, em materia financeira, está vivendo de expedientes, como o alargamento da circulação fiduciaria. E' preciso uma campanha contra esse alargamento, porque dêle é que resulta o encarecimento da vida do contribuinte. O govêrno apenas lançou mão dêle para acudir ás necessidades do tesouro.

Só um govêrno que tenha a confiança do país, como o partido republicano, póde fazer a transformação da divida flutuante em divida consolidada, sem prejuizo para ninguem.

Temos o direito de não considerar legaes todas as emissões de bilhetes de tesouro, feitas de 4 de março para cá. Só o parlamento é soberano. Ele decidiu que as obrigações nacionaes ou internacionaes tomadas por este govêrno sejam reputadas nulas. O estrangeiro já assim o reconheceu, não emprestando nem mais um centavo ao tesouro portuguez. Desafia o govêrno a que consiga fazer a operação externa que se propõe realizar. Toda a gente sabe que se não obrigam os povos senão por intermedio dos seus parlamentos. E imaginam estes homens que alguem confia na sua simples assinatura, que é uma assinatura falsa.

A guerra contra a ditadura tem de ser sem quartel. Na tribuna, no jornal, na urna, em toda a parte, teem de se multiplicar os meios de ataque. Que todas as corporações politicas do partido organisem e façam a maior propaganda, sem se subordinarem ao *mot de ordre* do Directorio. Faça-se essencialmente a propaganda pela conferencia e pelo comicio. Mal do partido republicano se todos os seus membros tivessem de estar á espera de indicações do Directorio, cuja função é apenas coordenar e não dirigir, como alguns republicanos supõem. Que a resistencia á ditadura não seja um acto de obediencia ao Directorio, mas sim uma manifestação espontanea de solidariedade.

Aludindo aos funcionarios publicos, o orador diz que se desencontraram as opiniões sobre a atitude a seguir. Abandonar os logares era, realmente, um acto eficaz, mas para isso era preciso que o fizessem todos. Tal *desideratum* não se póde conseguir, precisamente porque a maior parte dos logares, e os melhores, não estão entregues aos republicanos democraticos.

O não cumprimento de decretos ditatoriaes, votado no Congresso do Tojal, não obriga ao abandono dos cargos, porque os funcionarios são-no do Estado e não do govêrno. Obriga, sim, por exemplo, mas é á não elaboração do recenseamento eleitoral, decretado pela ditadura, porque actos desses é que teem influencia na vida politica. Não nos acusemos, portanto, uns aos outros, á conta do procedimento que cada funcionario entendeu dever seguir nas suas obrigações perante o Estado. Façâmos antes a nossa propaganda demolidora, convictos da nossa força e compenetrados de que disputamos o poder pelos meios que a Constituição nos oferece, não para que esse poder seja posto ao serviço do partido, mas ao serviço da Patria, para cumprir as nossas obrigações nacionaes e internacionaes.

A guerra á ditadura—prosegue o orador—deve fazer-se em todos os campos. E o campo eleitoral não é excluido, antes é instantemente aconselhado. Embora sejamos materialmente esmagados pelas fraudes, compete-nos, como no tempo da monarquia, alcançar uma vitoria moral.

Rebatendo asserções de oradores precedentes, que preconisaram uma intransigencia á *outrance* com os inimigos, aconselha prudencia, bondade e moderação. Não se convencem renitentes á força. Os monarquicos que existem não o são por convicção: são-no por ambição, por snobismo e por despeito. Esses não nos fazem falta no partido, porque viriam para nós com os seus mesmos perniciosos defeitos. Para convencer toda a gente bôa e honesta a colocar-se a nosso lado, e, portanto, ao lado da Republica, basta que lhe contemos a historia dos serviços que temos prestado ao país nos quatro curtos anos de existencia do novo regimen.

Se assim procedermos, o partido terá em quasi todos os distritos a vitoria assegurada, salvo se se fizer o conubio ignobil do govêrno com os monarquicos, com a monstruosa cooperação de republicanos, como o sr. Antonio José de Almeida. Mas essa hipotese é tão aviltante que o orador recusa-se a concebe-la sequer.

Portanto, tenhâmos a certeza de que, apesar da punhalada envenenada que o chefe unionista vibrou nas costas da Republica, a nossa representação parlamentar eleita será mais dificil de esmagar que a atual.

O nosso poder legislativo vencerá todas as dificuldades, pressões e violencias que surgirem no nosso caminho. O novo parlamento hade vencer, hade deliberar e hade mandar. Na taréfa de defender as nossas liberdades e o nosso patrimonio, nunca o povo republicano trepidou. Que esse povo confie, pois, e esperé—mas trabalhe. E a vitoria será cérta.

O orador termina saudando calorosamente o povo. Se todos os cidadãos se compenetrarem da grandeza da sua missão perante as urnas, a Patria resistirá ás tremendas provações por que tem passado.

LUTO FORÇADO

Por ordem do govêrno todas as repartições do Estado se acham fechadas desde ontem afim de que os empregados publicos possam *gosar* a morte de Cristo, que a Egreja comemora.

Vai para o céo o sr. Pimenta de Castro...

Convocação das praças licenciadas e das tropas de reserva

P-lo comando do regimento de infanteria de reserva n.º 24 são convocadas as praças das tropas de reserva e licenciadas pertencentes ao referido regimento e bem assim a todas as outras unidades das diferentes armas e serviços, domiciliadas no concelho de Aveiro, a comparecerem no quartel do dito regimento, no antigo Paço do Bispo, em frente do quartel de cavalaria 8, nos dias abaixo indicados, pelas 9 horas, com as cadernetas militares e artigos de uniformes afim de lhe ser passada a revista de inspecção determinada no regulamento geral do serviço do exercito.

Os que comparecerem na secretaria do dito regimento de reserva das 11 ás 18 horas, em qualquer dos quinze dias que precedem o fixado para a revista são dispensados de comparecer no dia marcado.

As praças que faltarem a esta obrigação especial são punidas nos termos do citado regulamento.

Os dias fixados para as revistas são: 2 de maio, paroquias de Aradas, Cacia, Eirol, Eixo e Nariz; em 9, Requeixo e Senhora da Gloria, de Aveiro e em 16 do mesmo mez, Esgueira, Oliveirinha e Vera-Cruz, de Aveiro.

Notas mundanas

Vindo de Manáus chegou já á sua casa de Cacia no goso de perfeita saude, o sr. Antonio Maria de Azevedo, filho, que nos deu o prazer da sua visita.

O sr. Azevedo conta demorar-se entre nós alguns mezes para descanço, depois do que novamente parte a continuar as suas ocupações no grande Estado brazileiro até que, de vez, um dia por cá possa ficar.

Dâmos-lhe as bôas vindas.

= Tambem chegaram: do Rio de Janeiro o sr. José Diniz Ferreira dos Santos e de S. Tomé o sr. Paulo Faria de Magalhães, nosso conterraneo e que daqui se ausentou ha bastantes anos.

= Consorciou-se em Veiros com o sr. Augusto de Almeida, a menina Guilhermina da Silva, filha do nosso amigo sr. João Maria da Silva Henriques, considerado artista pirotecnico.

Mil venturas.

= Estivéram nesta cidade, além doutros cujos nomes nos não ocorrem, os srs. Henrique Madail, de Ilhavo; Manuel Francisco Braz, da Povoa do Valado; José Duarte de Matos, Virgilio Souto Ratola, Domingos de Carvalho e Manuel Simões da Rosa, de Mamodeiro; dr. Carlos Ribeiro, de Vagos; Manuel dos Santos Costa, da Costa do Valado e Manuel Silvestre, de Nariz.

= Não passa, infelizmente melhor, o sr. João Pinto de Miranda.

= Faz ámanhã anos o sr. Antonio Felizardo.

Parabens.

DESASTRES

Quando na segunda-feira se ocupavam no levantamento da frontaría duma capela-jazigo em construção no cemiterio, o mestre de obras José Marcos de Carvalho, o operario Antonio de Albuquerque e o canteiro Antonio de Freitas, filho, com tão pouca segurança esse trabalho estava sendo executado, que a breve trecho tudo caía por terra, colhendo os pesados pedregulhos os tres artistas, que tiveram de recolher a casa amparados, á excepção do Antonio de Albuquerque cujos ferimentos eram de tal gravidade que deles veio a falecer no dia seguinte á tarde depois de pensado no hospital, para onde o levaram.

Este infeliz, um homem robusto, de 40 anos, havia casado na Gafanha com Rosaria da Rocha, de quem deixa 4 filhos, todos menores, excepto o mais velho, que já conta 21 anos. A familia fica em precárias circunstancias, chorando amargamente a sorte do desventurado chefe que tão prematuramente encontrou a morte no trabalho a que desde creança se dedicava.

Os seus dois companheiros, posto que ainda se encontrem retidos na cama, vão um tanto melhores dos ferimentos recebidos, devendo por isso dentro em puuco estarem completamente curados.

—Na quarta-feira a noticia de um novo desastre correu veloz pela cidade, contando-se do seguinte modo: o pescador José Dias Moreira dirigia-se numa bateira para a apanha do birbigão acompanhado dum seu filho, Luiz, de 10 anos, quando na altura da ponte de S. Gonçalo, do lado do canal de S. Roque, o pequeno caíu á agua. O pobre pae, aflito, lançou-se imediatamente ao rio para salvar o filho, mas com tanta infelicidade, que, sobrevindo-lhe um ataque epilectico, de que sofria, nada poude fazer, pagando com a vida a sua dedicação paternal. O Luiz, esse, foi agarrado por Francisco Roque, que prontamente acudiu aos gritos de socorro e a tempo de o arrancar a uma morte cérta, sendo logo conduzido a casa onde lhe prodigalisaram todos os cuidados que é de uso em taes circunstancias.

José Dias Moreira deixa 3 filhos na orfandade. Era irmão do negociante de pescado Elisiario Moreira e o seu desaparecimento da vida consternou póde-se dizer que a Beira-Mar em peso, atentas as simpatías de que gosava na classe piscatoria.

A' familia os nossos pêsames.

O JARDIM

—=(*)=—

Depois da radical transformação porque passou e o torna um recinto digno da terra e á altura dos creditos de quem o delineou, foi já aberto ao publico, que agora melhor póde apreciar a obra da câmara, o chamado jardim de Santo Antonio, que aí serviu de têma aos mais estravagantes artigos de cérta imprensa, se é que esse nome cabe ainda aos papeis onde se escrevem os maiores disparates, as mais destrambelhadas tolices que a qualquer mortal, no uso das suas faculdades mentaes, seja dado imaginar.

Fez-se uma obra aceiada, uma obra limpa e—para que não ser franco?—uma obra necessaria e util. Porque a verdade é esta: o que aí estava com o nome de jardim, não o era e para alameda faltava-lhe muito do que noutros tempos se via no aprazivel local ou sejam as arvores que os temporaes se encarregavam de deitar abaixo e que, por completo, alteraram a estética do unico passeio sombreado que até ha pouco Aveiro possuia. Precisâmos agora só duma coisa: esperar pelo desenvolvimento do novo arboredo, procurando no Rocio ou ali na Praça Marquês de Pombal, durante o verão, o aconchego e o deleite que esses dois locaes nos oferecem hoje, apezar da guerra acintosa com que foi acolhido por uma parte da cidade o projecto da transformação do segundo num amplo largo arborisado, que atualmente todos reconhecem ter sido de grandes e salutares vantagens para esta malfadada terra, onde tudo se critica, não obstante a falta de competencia e de razão que a mór parte das vezes assiste aos chamados orientadores da opinião, opondo-se ao que é de reconhecido interesse, ordinariamente por acinte visto que neles o progresso não passa duma palavra vã, sem significação alguma.

O que vale é que ninguem os toma a sério, tão pobres e tacanhos são os argumentos com que se apresentam a emitir parecer.

E nessas condições, a carabana passa... com o aplauso de toda a gente que sabe dar valor, apreciar com propriedade os trabalhos tendentes a imprimir uma feição moderna a tudo que disso carêça.

Por falta de espaço ficam-nos por publicar alguns originaes do que pedimos desculpa aos seus autores.

Necrología

Quando na sexta-feira de manhã, quasi á hora do *Democrata* entrar na maquina, abriamos a correspondencia, uma triste noticia nos surpreendeu, colhida num jornal de Oliveira de Azemeis, que, em frase sentida, anunciava a morte de Manuel Marques da Fonseca, na sua casa de Ul, após uns longos dezoito mezes de sofrimento, a que por fim teve de ceder, aos 40 anos, aquela robusta construção, deixando mergulhada na mais profunda dôr a esposa idolatrada, os filhinhos queridos, todos os parentes o os muitos amigos que possuia e que jámais esquecerão esse belo rapaz com todas as suas qualidades a impô-lo á consideração publica e á estima dos que com ele mantinham relações quer particulares quer burocraticas.

Manuel Marques da Fonseca, depois de ter estado no Seminario dos Carvalhos, veio para Aveiro frequentar o liceu, onde fez alguns preparatorios, indo a seguir conclui-los ao Porto afim de entrar na Academia Politecnica.

Aqui era muito conhecido entre os rapazes pelo *Fantan*. De comunicativa jovialidade, Manuel Marques da Fonseca, tornou-se notado pela sua boémia, pois fazia parte dum grupo que em Aveiro chegou a adquirir fama entre os seus habitantes pela irrequietabilidade dos que o compunham. Foi professor de ensino livre na capital do norte e antes de adoecer exercia o logar de aspirante de finanças no concelho de Azemeis, prestando incalculaveis serviços aos seus conterraneos de quem era um zeloso e desinteressado procurador.

Sentindo a morte do malogrado amigo, aqui apresentâmos á desolada familia a expressão das nossas sincéras condolencias pela perda que acaba de sofrer.

= Com 82 anos de edade faleceu tambem no dia 27, em Lisboa, onde residia a maior parte do ano, o sr. Antonio da Silva Melo Guimarães, cujo cadaver veio para o cemiterio desta cidade, dando entrada no jazigo de familia que ali existe.

Deixa viuva a sr.ª D. Joana Angelica de Melo e um filho, ausente no Brazil, Crisanto Manuel de Melo.

= Egualmente acabou no domingo o seu penoso sofrimento de alguns anos, o sr. Domingos Vieira, oficial de deligencias e uma das principaes figuras da banda dos Bombeiros Voluntarios.

Teve um enterro muito concorrido de amigos e colégas, sendo depositadas sobre o feretro algumas corôas.

O tempo

Tem corrido muito irregular nos ultimos dias, prejudicando não só a feira, que se está realisando no campo do Rocio, como a agricultura, pelo excesso de agua com que temos sido mimoseados neste principio de primavera.

Se assim continuar é de presumir que ainda se registe outra cheia este ano, o que não será das melhores coisas para os feirantes, atendendo a que a parte alagada é sempre aquêla onde estão construidas as barracas.

Oxalá isso se não dê.

CINÊMA

E' ámanhã que a antiga companhia dos Bombeiros Voluntarios realisa o seu beneficio no Teatro Aveirense, contando com a cooperação da cidade.

Far-se-á ouvir a banda, nos intervalos, e as fitas escolhidas parece-nos hão-de merecer o agrado de todos.

CORRESPONDENCIAS

Palhaça, 23 de Março

Com uma das mais formosas meninas désta aldeia, Maria de Jezus, filha da sr.ª Nazareth de Jezus e do nosso querido amigo, Antonio Ferreira Luzio, lavrador abastado, consorciou-se no dia 20 do corrente, o sr. Joaquim dos Santos Pato, da fzeguezia da Mamarroza, filho do nosso amigo, Abel dos Santos Pato e de Roza de Jezus.

O acto, que teve logar nésta freguezia, na casa do sr. Rodrigo Nunes Calado, oficial do Registo Civil, foi testemunhado por aquêles, os srs. Adelino Ferreira Pinhal e Manuel Ferreira Pinhal, tendo assinado ainda o auto os srs. Julio dos Santos Pato e Alberto dos Santos Pato.

A noiva é, como acima dizemos, muito formosa, possuidora de esmerada educação e de sentimentos que a nobilitam, predicados que muito hão-de contribuir para a felicidade do lar acabado de constituir; e o noivo um rapaz simpatico e inteligente, de bons sentimentos e esmerada educação tambem, a quem está destinado um risonho futuro, que somos os primeiros a desejar-lhe, antevendo ao ditoso par uma feliz sorto e uma ininterrupta lua de mel.

= Deu ontem á luz uma creança do sexo masculino, a sr.ª Florinda dos Santos, esposa do nosso amigo e correligionario, Adelino Ferreira Pinhal.

Os nossos parabens.

C.

Pará, 10 de Março

Chegou no dia 11 de Fevereiro ultimo a bordo do vapor *Aidan* o sr. Carlos Cotelo, consul português nêste Estado, e que tinha ido a Portugal em goso de licença. Tomou posse no mesmo dia que chegou.

Ao seu desembarque compareceram diversas pessoas como o sr. M. J. Rebelo Junior, encarregado do consulado e consul hespanhol e tambem se fizéram representar, por comissões, a *Tuna Luzo Caixeiral*, a *Liga Portuguêsa de Repatriação* e o *Centro Republicano Português.*

= Mais uma festa se realizou no dia 11 de Fevereiro a favor da Cruz Vermelha Portuguêsa, levada a efeito no *Cinêma Olimpia*. Esteve muito concorrida visto o fim a que se destinava.

= Apareceu no correio désta cidade um desfalque de 875:000 reis.

= O Carnaval este ano foi insipido, não só por efeito das chuvas como por causa da crise, pois quasi que ia passando despercebido.

= No Rio de Janeiro, havendo 10 vagas na Escola Naval, o numero de candidatos chegou a 300!!!

= Partiu para Portugal em busca de melhoras, no dia 28 de Fevereiro, o sr. Augusto Alves Teixeira, um dos proprietarios da loja *Restauração.*

= O consulado português neste Estado está avisando todos os portuguêses aqui residentes para nele se matricularem, a fim de melhores garantias terem longe da sua Patria, o que é de utilidade.

Só não concordâmos com a exigencia absurda de se levar áquêles que tivérem chegado aqui ha mais de tres mezes, a quantia de 2 escudos, ou seja, em moeda brazileira, 9$200 reis.

E' para lastimar que numa época de crise como a que estamos

Dentista

Candido Dias Soares

Cirurgião-dentista pela Escola Medica do Porto, tambem conhecido por "Candido Milheiro„ ou "sobrinho do Milheiro„

Abriu o seu consultorio permanentemente desde o dia 1 de fevereiro do corrente ano na rua dos Mercadores, n.º 8—1.º

AVEIRO

atravessando se exija 9$200 reis pela simples matricula no consulado, quando a maior parte dos portuguezes aqui residentes nem para comer ganham.

Até ao presente, estão matriculados cerca de 1:300 portuguezes, embora o seu numero seja calculado em mais de 30 mil que aqui residem.

Acabe-se de vez com esta exploração.

=Uma outra festa, a ultima, se realizou no *Teatro da Paz*, no dia 7 do corrente, a favor da Cruz Vermelha Portugueza, tomando néla parte distintos amadores portuguezes que foram muito aplaudidos pelo publico.

Não podemos deixar de enaltecer a generosidade com que os portuguezes aqui residentes estão sempre prontos a socorrer não só monetariamente como tambem com os seus serviços todos aqueles seus compatriotas que em defêsa da Patria amada se batem ou a quem qualquer infortunio lhes invade o lar.

=As noticias que nos chegam de Portugal a respeito da politica, teem causado grande descontentamento no seio da colonia portugueza e até mesmo entre os republicanos.

Causa tédio e que aí se está passando com alguns politicos; mal sabem esses individuos sem criterio, o máu efeito que aqui produz as suas rixas politicas.

Se cuidassem um pouco mais de fazer progredir a Nação e se deixassem de fazer politica sectaria seria melhor, mas assim... só a chicote.

C.

Castélo de Paiva, 23 de Março

Temou posse em 17 do corrente o novo administrador deste concelho de Castélo de Paiva, Alfredo José Ferreira.

Terminou assim o consulado do administrador Cunha Lobo, que desde a proclamação da Republica se conservava em tal logar, apezar do desprezo que lhe votava o grupo republicano local.

Este sugeite, que se proclamava enfaticamente um republicano historico, ou até pre-historico, livre pensador e não sei que mais, ha muito tempo já que pôz esses seus ideaes ao serviço do estomago, não trepidando em desempenhar os papeis mais ignóbeis para conservar-se na administração do concelho e registo civil donde auferia proventos que êle tão zelosamente embolsava.

Assim, e segundo as afirmações dos republicanos, seus antigos companheiros, êle não tremeu ao atraiçoar a causa republicana nésta terra, pondo-se á disposição dos monarquicos, servindo-os maquiavélicamente, pois ao mesmo tempo que informava os seus superiores das intenções adesivas dos realistas, que *êle bem sabia e reconhecia não serem sincéras*, perseguia os seus companheiros de luta, que acintosamente e desdenhosamente despresava e a Republica, forçando-os a romper violentamente com tal autoridade administrativa que só concorria para a perda da força moral dos republicanos, evidentemente em manifesta inferioridade depois de abandonados pela autoridade que escarninhamente se bandeava com os inimigos do regimen, rindo-se dos esforços eleitorais em que se empenhavam os republicanos leais do concelho.

De facto, nas ultimas eleições camararias e paroquiaes, viu-se esse desqualificado Cunha Lobo, pretenso republicano, de camaradagem com os monarquicos, cacicar infrenemente por todo o concelho, ameaçando, perseguindo, intrujando com bravatas imbecis, a vêr se com o terror infundido reduzia ou inutilisava a votação dos republicanos. Chegou o descaro de tal autoridade a enviar para as assemblêas eleitoraes delegados seus *acentuadamente monarquicos*, com o intuito de fiscalisar, vexar e ameaçar os republicanos, que se arriscavam a concorrer ás eleições em taes circunstancias! Até força armada chegou a comparecer afim de amedrontar os republicanos!!!

Nada mais edificante nem mais redículo que este proceder da autoridade administrativa de Castélo de Paiva, ofendendo ostensivamente os seus companheiros da vespera, sacrificados violentamente ás habilidades do administrador Cunha Lobo, que mirava enfatuadamente a insinuar-se nas estações superiores como politico habil que assim carrejava de novo uma legião de *aderidos* ao regimen, quando a verdade era que os elementos a que êle se agregou jámais amariam a Republica, que odeavam do fundo da sua alma sincéramente monarquica!

Pagou mal o amparo dos seus colaboradores de Paiva na obra primitiva da consolidação republicana, resultando desse insolito proceder do administrador Cunha Lobo uma campanha formidavel dos seus antigos amigos que tão rudemente o atacaram, despejando sobre a negridão da sua conducta, os improperios mais afrontosos. E', pois, com o mais formal despreso dos republicanos de Paiva que se vai para casa esse individuo de impulsividade histérica caracteristica de maldade velhaca, portando-se tão dubiamente, tão desastradamente, que fica ulcerado pelos republicanos e despresado pelos monarquicos que lhe não perdoarão jámais as afrontas infligidas anteriormente á sua aliança com êles.

E' o assunto palpitante na terra a demissão do administrador Cunha Lobo, merecendo o caso especial menção.

Vimos o novo administrador, que nos pareceu de apresentação insinuante, delicado, agradavel e correto. Desejâmos uma administração nobremente alevantada, sem perseguições a ninguem, folgando em registar, de futuro, o facto, com a imparcialidade que caraterisa todas as manifestações da nossa prosa humilde e desataviada.

C.

N. da R.—Sem nos querermos intrometer na politica de Paiva, a que esta correspondencia alude, julgâmos no entanto do nosso dever avisar os republicanos do concelho de que o novo administrador é monarquico. Como tal já esteve preso e êle proprio se jactava de pertencer á guerrilha do Couceiro, vivendo ultimamente no Porto onde a ditadura o foi buscar para o desempenho do cargo que está exercendo.

Não tenham por isso ilusões os republicanos, que o são por patriotismo e desinteresse.

Cuidado com êle.

Anuncios